

Editorial

Você vai ver o que você vai ler

De trás para frente, reservamos a última página para o Esporte. O Campeonato Municipal de Futebol chegou ao final do primeiro turno com a vitória do Internacional, que voltou à disputa com força total, depois de ter ficado ausente na temporada anterior. A etapa de Campo Largo do Campeonato Paranaense de Futebol-Cross movimentou a cidade e teve lances incriveis.

Mais incrível ainda é a beleza de Adriana Diniz, nossa Miss Campo Largo que está na página 7, na coluna que Gladis Miró reitoma, pincelando a sociedade de Campo Largo. Nesta página também está a Agenda, dando as dicas de festas e vídeos deste começo de mês.

Abriamos espaço para a Igreja na página 6. E há a coluna da agricultura, imprescindível nestes tempos bicudos. Além, para dar uma melhorada nestas dificuldades, veja o que o governo anuncia, na página 2, para os produtores rurais.

"Expert" em tempos de crise, veja como a Bot-Art está superando os problemas econômicos do País. Na página 6. E aproveite para fazer bons negócios. No rodapé desta página estão as classificações.

Os anúncios classificados serão lidos com mais atenção por um cidadão que muita gente conhece: o juiz Dr. Albino Guérios, que, desde novembro passado, conduz a Comarca de Campo Largo, mas até hoje não conseguiu alugar uma casa. Está morando em Curitiba. Ele e o juiz Salvatore Assunção algumas opiniões na página 5. E contem que o problema do menor em Campo Largo já é preoçante.

E o perfil do diretor da Associação Comercial e Industrial de

Câmara discute reformulação do serviço público municipal

Em debate o Estatuto do Servidor e o Plano de Carreira

Veredores já começam a analisar as propostas do Executivo para o Plano de Cargos e Salários e Estatuto do Servidor Municipal, que devem ir ao debate em plenário e votação na Câmara, ainda este mês. Esta nova legislação, exigida pela Constituição Federal, altera radicalmente a relação da Municipalidade com seus servidores, reordenando a carreira funcional e cessando os descontos e pagamentos ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Pelas profundas modificações que estabelecem, os projetos da prefeitura serão alvo e detidas análises no Legislativo. No último dia 22 de maio, o prefeito Afonso Portugal Guimarães esteve reunido com vereadores do PDT e aliados, argumentando em favor de suas propostas. O regime estatutário tem implicações e reflexos que segundo Afonso foram exaustivamente debatidos com representantes do funcionalismo. O Plano de Cargos e Salários não atende 100 por cento das expectativas dos servidores, reconhece o prefeito, mas "é o que a prefeitura pode oferecer". O maior desafio, concordam todos, é a instituição e o gerenciamento de um organismo de previdência autônomo a nível municipal.

Esta discussão se reproduz em todos os municípios brasileiros, que precisam definir um regime jurídico único de contratação. Celetista ou estatutário? As diferenças são muitas entre os sistemas. No caso do celetista, as relações entre a Municipalidade e seus servidores são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Neste regime o empregador efetua o desconto à previdência em folha de pagamento, segundo alíquotas graduais estabelecidas pelo INSS, obrigando-se ao pagamento mensal aos cofres

federais dos valores retidos do funcionalismo acrescidos de um percentual próprio (aproximadamente 20 por cento do total da folha). Com isso os servidores municipais ficam vinculados ao sistema previdenciário da União. Optando-se pelo regime estatutário, as relações trabalhistas entre as partes regulam-se pelo Estatuto que deve ser aprovado pelo Legislativo. A diferença fundamental é que o município deixa de recolher ao INSS e de depositar os valores relativos ao FGTS. Na contrapartida, é exigido o desconto em folha para a previdência, agora municipal, mantida também com recursos da Municipalidade como empregadora. O servidor estatutário não tem acesso ao Fundo de Garantia.

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

A proposta do Executivo para o Estatuto do Servidor, prevê o ingresso à Câmara, no prazo de 180 dias, de legislação específica para a seguridade social. As opções quanto a forma são várias (instituto, secretaria, departamento, etc), mas no que diz respeito ao conteúdo prende-se a um plano de custeio, definindo quais as alíquotas de descontos para as faixas salariais, bem como a cota-parte da Municipalidade. Afonso Portugal Guimarães afirma que "a ampla maioria" dos municípios está fazendo a opção pelo regime estatutário e que a administração municipal "tem amplas condições" de implantar seu próprio sistema de previdência. O projeto possibilita ao servidor, além do atendimento pelo Sistema Unificado e Saúde, contar com atendimento supletivo através de convênios médico-hospitalares. O desafio é a gerência do fundo de pensão e aposentadoria totalmente desligado do INSS. Como determina a Constituição, as aposentadorias devem ser pagas tendo como base o último salário real do segurado, corrigindo este valor como se o beneficiário

estivesse na ativa. Em situação extrema de incapacidade gerencial, o fundo poderia "falir", prejudicando aposentados e pensionistas.

PLANO DE CARREIRA

A Prefeitura de Campo Largo conta com 1.300 funcionários e uma folha de pagamento de aproximadamente 110 milhões de cruzados, em junho. O projeto do Plano de Cargos e Salários contempla, segundo o prefeito, "um novo entendimento administrativo" que busca "resgatar a dignidade do servidor público, corrigir distorções e construir um avanço". O plano de carreira vai regular toda a vida funcional do servidor, definindo funções e níveis e respectivos salários. Como até aqui inexistia este instrumento regulador, a prefeitura precisou efetuar um levantamento completo de seu corpo de servidores no que diz respeito ao tempo e carreira, função exercida, vantagens funcionais obtidas e salários pagos. A proposta que os vereadores avaliam, conforme explica o assessor administrativo o prefeito Maurício Silva, cria grupos funcionais, subdividindo funções e cargos na perspectiva da evolução. A diferença salarial de um nível para outro, informou Silva, será de apenas 3 por cento. Todo o funcionalismo municipal passará por um reequilíbrio técnico com a aprovação da proposta do Executivo, considerando-se o tempo de serviço e a função efetivamente exercida por cada um dos servidores.

PROGRESSÃO E PROMOÇÃO

O modelo proposto prevê o avanço funcional por progressão, com a subida de nível de dois em dois anos e também a promoção por mérito, de dois em dois anos, intercalando-se os avanços. Com isso se evita que o servidor "estacione" em uma mesma função por anos seguidos e evita-se também

as promoções por apadrinhamento, prática muito comum nas administrações municipais que não contam com um Plano de Cargos e Salários. O avanço funcional por progressão e promoção, terá o acompanhamento de representantes do funcionalismo. Como isso, diz Maurício Silva, "o servidor terá condições de visualizar, no futuro, sua condição funcional", uma situação psicológica que pode "dar um novo sentido para a carreira no serviço público", entende o prefeito. O projeto prevê que o plano, uma vez aprovado, será implantado no prazo de 120 dias. Se fosse implantado em junho, citando os dados repassados por Maurício Silva, o impacto na folha de pagamento seria de 12 por cento, aproximadamente. Isso não significa "aumento", mas uma revisão de salários que leva em consideração os vencimentos pagos em municípios do mesmo porte, a realidade de mercado "e a situação de caixa da prefeitura", diz Afonso Portugal.

CUIDADO NAS EMENDAS

O prefeito pediu basicamente aos vereadores que evitem formular emendas aos dois projetos antes de conversar com os técnicos responsáveis por sua formulação e com os representantes do funcionalismo que tomaram parte nas discussões. Alegou que o Estatuto e o Plano de Cargos e Salários se interrelacionam e que, necessariamente, mesmo as alterações pertinentes precisam ser tecnicamente adequadas.

A reunião, na Câmara, contou ainda com a participação do secretário municipal de Fazenda Carlos Weber, do presidente da Casa Darci Andreassa e dos vereadores Sebastião Moreira, Clementino Basso, Dilço Cruzara, Osvaldo Zotto e Emídio Júnior. O Legislativo recebe oficialmente os dois projetos nesta primeira quinzena.

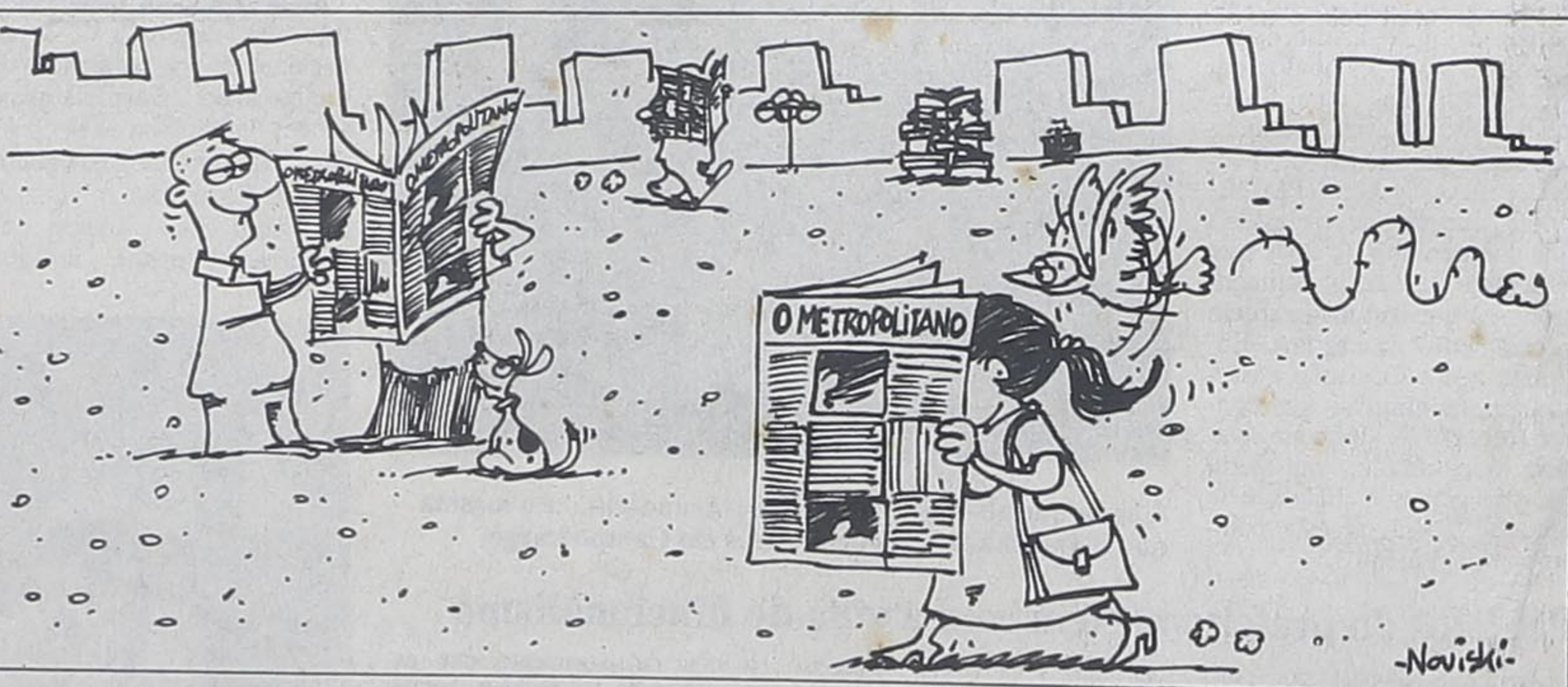
EXTRATO PARA FIES DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

44 Alteração

Denominação: GRAFICA EDITORA CAMPO LARGO LTDA. Sede e foro, à Rua XV de Novembro, 2521, Centro, nesta cidade. O sócio ALTON CASTAGNOLI, retirasse da sociedade cedendo e transferindo suas quotas no valor de R\$125.000,00 à Alair Soares Woll. O sócio Ivo Alair Ribavem, retirasse da sociedade cedendo e transferindo suas quotas no valor de R\$125.000,00 à Alair Soares Woll. O sócio Ildo Dallara, retirasse da sociedade, cedendo e transferindo suas quotas no valor de R\$125.000,00 da seguinte forma: 50 quotas à Alair Soares Woll e 50 quotas à Haroldo Woll. O sócio Altair Castagnoli, retirasse da sociedade cedendo e transferindo suas quotas no valor de R\$125.000,00 à Haroldo Woll. O sócio Alcinéias Opere, retirasse da sociedade, cedendo e transferindo suas quotas no valor de R\$125.000,00 à Haroldo Woll. Os sócios retirantes são aos sócios ingressantes Alair Soares Woll e Haroldo Woll, para a geral quitação da cotação de quotas ora efetuada, declarando estes conhecer a situação econômico-financeira da sociedade, ficando // sub-rogados nos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento. Fica transferida sua sede para Rua Dr. Xavier da Silva, 1044, Centro, nesta cidade. Fica investido na função de Gerente da sociedade dispensado de caução do sócio: ALAIR SOARES WOLL. O capital "social" que era de R\$1.500.000,00 convertidos para R\$ 500.000,00, fica elevado para R\$ 1.000.000,00, divididos em 1.000 quotas no valor de R\$ 1,00 cada uma, integralizadas no presente ato na seguinte proporção: ALAIR SOARES WOLL, que possuía na sociedade R\$ 250.000,00, passa a ter R\$ 500.000,00, HAROLDO WOLL, que possuía na sociedade R\$ 250.000,00, passa a ter R\$ 500.000,00, integralizados no presente ato em moeda corrente do País. Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

Campo Largo, 16 de maio de 1991.

Assinaturas: ALTON CASTAGNOLI, IVO ALAIR RIBAVEM, ILDALDO WOLL, ALACIR SOARES WOLL, ALACIR SOARES WOLL.



FRASES

"A máfia do transporte coletivo é pior que a máfia do jogo do bicho". (Deputado estadual Geraldo Cartório (PDT), durante seminário da Região Metropolitana de Curitiba).

"Está na hora de espalhar manteiga no pão". (Deputado federal Max Rosenmann (PRN), sobre a má distribuição de renda no País).

"Até hoje só puxemo em tela seca". (Maria Aúrea de Freitas, favelada, sobre os pedidos feitos à Prefeitura de Campo Largo).

"Comissão? De quanto?". (Do governador Roberto Requião, para descontrair o início de uma reunião com uma comissão de agricultores, no Palácio Iguaçu).

EXPEDIENTE

O METROPOLITANO

Rua Dr. Xavier da Silva, 1044 - Centro. CEP 83.600 - Campo Largo - PR. Publicação da Gráfica Editora Campo Largo Ltda.

Diretor: Haroldo Woll

Jornalista Responsável: Paulo F. don - MTB nº 2539

Editorial: Impresione S/C Ltda.

Composição, Diagramação e Arte Final: Kotob Publishing

Departamento Comercial: Telefones 292-2376 e 292-2323

Os artigos e opiniões publicadas neste jornal são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião de seus editores.

Vatapá

que "enfiar a viola no saco".

Poucos tinham a coragem de assumir a prorrogação em público, mas a ideia reuniu muitos adeptos.

Campo Largo vai ganhar em breve dois novos cidadãos honorários. Os agraciados são o advogado Renato Borges de Macedo Júnior e o padre Boleslau Liana. Os títulos foram propostos pelos vereadores Ary Rivabem e Darci Andreassa, respectivamente.

Rivabem solicitou à Câmara empenho político para que Campo Largo possa contar com um veterinário da Secretaria de Estado da Agricultura. Conforme o vereador, a anemia infecciosa está matando cavalos no município. Em suas explicações ao plenário, foi claro: "a anemia infecciosa é a aids dos cavalos".

E os vereadores corrigiram um pequenos problema na legislação recentemente aprovada para o Conselho Municipal de Saúde. Foi aprovado um projeto de retificação garantindo a paridade de representação no conselho que dirigirá aquele órgão, de acordo com o que estabelece a Constituição Federal.

Com a retificação, passa a valer a proposta apresentada desde o início das discussões pelas entidades representativas da comunidade.

Tudo calmo nos partidos com relação às próximas eleições. Será? A calma é apenas aparente. Nos bastidores as movimentações começam a crescer em intensidade. Inclusive possíveis alianças começam a ser discutidas. Afinal, dizem, Deus ajuda quem madruga.

E as motos da Polícia Militar? O programa de patrulhamento motorizado que deveria começar por Campo Largo, acabou sendo iniciado por São José dos Pinhais.

Para garantir que os motos rodem por nossos bairros, conforme o prometido, os empresários locais vão precisar colocar a mão no bolso, já que a PM afirma não ter recursos disponíveis.

Como vai funcionar o sistema de gerenciamento do Fundo Municipal de Previdência? Este parece ser o maior drama quanto à adoção do regime estatutário para o funcionalismo municipal.

Problemas do Passaúna: Campo Largo quer compensação pela área que perdeu para a represa.

O município de Campo Largo foi prejudicado com o desmatamento do Rio Passaúna, para a captação da água que abastece a região Metro-politana. A afirmação é do vereador Ary Rivabem (PDT), que cobra uma forma de compensação pelas perdas. O Sistema Passaúna, operado pela Sanepar, será responsável pelo fornecimento de aproximadamente 40 por cento de toda água consumida em Campo Largo, Curitiba, Araucária e Almirante Tamandaré quando estiver concluído. A bacia do Passaúna, que se estende pelos quatro municípios, tem graves problemas com a poluição de esgotos, resíduos industriais e agro-tóxicos, comprometendo a qualidade da água consumida na região Metropolitana. As conclusões do seminário "A Problemática Ambiental da Bacia do Passaúna" já estão com o governador Roberto Requião. O documento alinha as prioridades definidas pela Comissão Passaúna, integrada por representantes dos municípios metropolitanos, organismos estaduais, federais e ambientalistas. Rivabem pede que a Sanepar invista em obras de saneamento básico em Campo Largo.

num segundo plano, nas populações da Metrópole e demais municípios". Apesar de ser um rio de pequeno volume - na maior parte de seu curso é possível ir de uma margem à outra com três passadas - o Passaúna é fundamental para os quatro municípios que o abrigam, como última reserva de água potável de superfície. Preservar esta fonte de vida implica em uma nova postura de todos os envolvidos, buscando o que se convencionou chamar de desenvolvimento sustentável, exigindo ações concretas necessariamente integradas em todos os níveis.

FALTA COMPENSAÇÃO

Como a água do Passaúna abastece apenas as populações de Curitiba e Araucária, e face à área de terras campolargueses ocupadas pela represa, Ary Rivabem acredita que o município precisa ser compensado, propondo uma discussão diferenciada daquela que busca a preservação ambiental da bacia e da qualidade da água ofertada ao consumo. "Nós sabemos - fala o vereador peemedebista - da importância do Passaúna, e Campo Largo jamais se negaria a uma contribuição, mas é preciso entender que o município não pode acumular prejuízos de natureza econômica e social, especialmente por não ser beneficiário direto do sistema implantado". Ele alega que o município deixa de arrecadar impostos com o fim das atividades agrícolas nas terras inundadas, e que ainda precisará relocar indústrias e, possivelmente, parte da população ribeirinha, com reflexos sobre a oferta de empregos e de habitação popular. A proposta preliminar é que a Sanepar invista em saneamento básico, "sem ônus para a população local". Ary Rivabem cita como prioritários os loteamentos da periferia, na área próxima à represa, mas lembra que também a parte central da cidade apresenta carências

quanto a coleta de esgotos. "Entendo que a retribuição que estamos propondo seria justa para Campo Largo", finaliza o vereador.

SALVAR O PASSAÚNA

No relatório encaminhado a Requião, os membros da comissão apontam o que consideram prioridades políticas para evitar "o esgotamento físico, territorial, ambiental e biológico" das águas do Passaúna. As prioridades:

a) zoneamento de uso do solo regional; b) esgotamento sanitário; c) relocação de assentamentos em áreas impróprias; d) adequação do aterro sanitário da Lamenha Pequena, em Curitiba; e) programa de fiscalização integrada; f) controle da atividade industrial e de serviços; g) programa de manejo de solos e microbacias; h) projeto de segurança no transporte de cargas perigosas; i) programa de educação ambiental integrado; e, j) aprimorar o monitoramento ambiental da bacia. Entre outras

ações previstas está a melhoria da coleta de lixo em toda a área de influência da bacia, diversificação da produção agrícola; reflorestamento marginal; policiamento preventivo na área da represa. estuda-se também a criação de uma câmara de compensação financeira, através de repasse de percentual do ICMS gerado pelo Sistema Passaúna aos municípios que enfrentam limitações no seu desenvolvimento e na exploração de seus recursos naturais, determinadas pela proteção de mananciais.

Integram a Comissão do Passaúna, além dos poderes Executivo e Legislativo dos quatro municípios envolvidos, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec), a Emater/PR, a Promotora de Defesa de Meio Ambiente, a Surchma, Secretaria Estadual da Educação, Sanepar, Departamento de Estradas de Rodagem (DER), DNER, Mineropar, Ibama,



Rivabem quer a Sanepar realizando obras de saneamento em Campo Largo.

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Assembleia Legislativa, e ainda associações de moradores e entidades ambientalistas.

Últimas

Aposentadoria

Apesar de o que havia prometido, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Aníbal Kury (PTB), vem pagando normalmente as aposentadorias dos ex-deputados. Boa parte dos recursos do pagamento das aposentadorias estão vindo da venda do patrimônio do Fundo Estadual e Previdência do Parlamentar.



o Feppa.

Deve aprovar

O governador Roberto Requião deverá sancionar a lei, aprovada pela Assembleia Legislativa, que autoriza o licenciamento de camionetes de passeio e cabines duplas, que usam como combustível o óleo diesel. A lei é de autoria do deputado do PMDB, Dirceu Manfrinato.

Veto

O deputado, também do PMDB, José Tavares, disse a Manfrinato que o governador Roberto Requião poderia vetar a lei aprovada pela Assembleia, autorizando o licenciamento das camionetes de cabine dupla. "Se o governador vetar esta lei, está vetando o meu nome dentro do partido", respondeu Manfrinato.

Brigas

A bancada do PRN anda sem pai e sem mãe. Outro dia os deputados estaduais tiveram uma audiência com o presidente Fernando Collor de Mello, em Brasília. A maior dificuldade dos deputados colloristas foi achar alguém que emprestasse um jatinho para eles se deslocarem para Brasília. Depois de muito insistir, conseguiram que o presidente regional do PRN, o candidato derrotado ao governo do Estado, José Carlos Martinez, emprestasse o dele.

Presidencialismo

O governador Roberto Requião defendeu domingo a noite, dia 26, no programa de televisão "Opinião Pública", TV Educativa, o presidencialismo. Segundo Roberto Requião, o parlamentarismo é uma maneira dos poderosos continuarem mandando no país. "É a forma que os grandes empresários e banqueiros encontraram para continuar mandando", disse.

Metropolitano

Está ganhando força a cada dia o bloco da Região Metropolitana de Curitiba, na Assembleia Legislativa. Fazem parte desse bloco os deputados que tem domicílio eleitoral na região. O objetivo é discutir os problemas a Região Metropolitana e apresentar soluções. O deputado Luiz Carlos Martins é um dos novos integrantes do bloco.

Governo do Estado iniciará programas para Agricultura

O governo do Estado deve iniciar a curto prazo um programa especial para atendimento dos pequenos produtores ru-

rais paranaenses. O anúncio foi feito dia 23 pelo governador Roberto Requião, durante audiência com representantes

destes pequenos produtores de 70 municípios do Estado. "Este programa é um compromisso de campanha e deve ser colocado em prática antes do prazo

pedido pela comissão de negociação destes agricultores", disse o governador.

A comissão de negociação dos pequenos produtores rurais entregou a Requião uma pauta de reivindicações e saiu com a certeza de que a solução de praticamente todos os problemas já está sendo estudada pelo governo do Estado.

O programa "Panceta Cheia" foi uma das saídas apontadas pelo governo estadual. Ele deverá beneficiar num primeiro momento aproximadamente 10 mil produtores rurais da região Sudeste, que tiveram perdas consideráveis nas suas safras por causa da seca.

NEGOCIAÇÕES

O governador Roberto Requião garantiu aos produtores que continuará negociando em Brasília o atendimento de outras reivindicações dos agricultores. Há uma semana, o presi-



O governador Roberto Requião recebeu a comissão de agricultores e anunciou os programas.

Portho 57

MODA JOVEM

Ruas Centenário, 1957

Fone: 392-1174 Campo Largo

FARMACIA SÃO JOSE

Odair Lamoglia & Cia. Ltda.

Praça Atilio Barbosa, 1099 - Fone: 292-2332

CAMPO LARGO - PR

44 anos servindo à coletividade

O METROPOLITANO

apartamento

MEL SILVESTRE

Encomendas (041) 335-772 - Curitiba - PR

ACERVO HISTÓRICO

MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO - PR